Revista Crítica de Ciências Sociais, 82, Setembro 2008: 133-147

HELOISA MARIA MURGEL STARLING

A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil

Este artigo tem por objetivo refletir sobre as pretensões de enraizamento e ancestralidade dos fundamentos políticos do republicanismo no Brasil. Para tanto pretende retomar as formulações sobre o conceito de *sertão* gerado no interior da imaginação histórica e literária brasileira como um dos caminhos possíveis para interpretação da República e de seus ideais normativos. O recurso à idéia de sertão exprime a importância do registro de imaginação, invenção e simbolização para compreensão do tema da fundação. Nesse cenário, o artigo pretende retomar o conceito de *sertão* no percurso da imaginação literária brasileira ancorado por três autores: Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa.

Fundar uma nação onde só parece crescer o vazio, criar formas de vida em comum, introduzir a possibilidade do convívio político a partir das margens – essa a tarefa que nos coube, habitantes nesse desvio esconso do mundo ocidental a que se deu o nome de Brasil. Tarefa não apenas nossa. Nos subúrbios latino-americanos onde vivemos, já anotava Jorge Luís Borges, em seu *Fragmentos de um evangelho apócrifo*, o gesto de fundação sempre traduziu o dever de inventar uma maneira própria para plantar um marco de pedra num chão onde apenas parece existir areia, deserto e aparente caos.

Na literatura de interpretação do Brasil a palavra *sertão* traz associado um conceito. Uma palavra torna-se conceito quando a plenitude de um contexto político e social de significado e de experiência no e para o qual essa palavra é usada pode ser nela condensado.[1] No caso da palavra *sertão*, o conceito revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social. E revela igualmente o melhor modo para entender essa figuração ambígua do Brasil, essa paradoxal metáfora de

[1] A esse respeito, ver: Koselleck (1985).

uma comunidade nacional construída longe da *doxa*, distante daquilo que é comum: um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância, entre república e corrupção, entre desigualdade e democracia, entre primeiro e quarto mundo.[2]

Conceitos são o concentrado de inúmeros significados substanciais e é precisamente esse concentrado que confere ao conceito – qualquer conceito – sua necessária ambigüidade. Originariamente uma contração do aumentativo *desertão* (Burton, 1977), muito utilizado na África e na América do Sul, no caso do Brasil, o termo *sertão* carregou consigo, desde o início, uma forte dose de ambigüidade. Durante o século XVIII serviu para designar as terras do interior, lugar de desvio das povoações, domínio do desconhecido, área de ausência da mineração. Desde então, seu sentido encontra-se articulado por uma dupla rede de significação: de um lado, *sertão* indica o processo de formação de um espaço interno, a perspectiva do interior; de outro lado, *sertão* traduz a configuração de uma realidade política: a condição do desterro, a ausência de leis, a precariedade dos direitos, a inexistência da ordem.

Em certa medida, a própria formação do nome do estado brasileiro *Minas Gerais*, por exemplo, é tributária dessa duplicidade de significados: *Minas* é o rosário das cidades interligadas por caminhos do ouro e dos diamantes, a região em contato constante com o mar, o mundo da ordem por onde a metrópole portuguesa se transpôs ao interior. Já os *Gerais* são outra coisa: a inexistência do ouro, a ausência de governo, o abismo do desconhecido, o espaço vazio, a fronteira aberta, o potencial de liberdade, o risco da barbárie. Na perspectiva do conceito, os *Gerais* surgem subordinados às *Minas* – são sua oportunidade de expansão. Já nesse caso, *sertão* não é apenas um ponto extremo do mapa ou a indicação de um espaço geográfico vazio – é, ao mesmo tempo, um condicionante histórico e político de formação do mundo público e uma paisagem fadada a desaparecer.[3]

Euclides da Cunha e sua obra híbrida, obra que transita entre literatura, história e ciência e é capitaneada pelo livro *Os sertões*, foi quem introduziu na imaginação política e literária brasileira a profunda ambigüidade do conceito *sertão*. Em 1897, a impressionante derrota da terceira expedição militar enviada pelo governo brasileiro contra o arraial sublevado de Canudos, no interior da Bahia, e a morte de seu comandante, Antônio Moreira

[2] Ver, por exemplo, Sousa (1997); Lima (1998); Finazzi-Agrò (2001).
[3] Ver, por exemplo, Couto (1904) e Espindola (2005).

César, obrigaram o Brasil republicano a contemplar, entre surpreso e temeroso, o gesto preliminar e fundador com que o mundo rural silencioso, analfabeto, destituído de direitos e mergulhado em formas de trabalho semi-servil, tratou de forçar o país a enxergar, quem sabe, pela primeira vez, a instituição trágica de sua própria história.

No impacto da experiência de cobrir o deslocamento das tropas republicanas, para o jornal *O Estado de São Paulo*, durante a quarta e última expedição contra Canudos, Euclides trocou de certezas, adotou nova perspectiva e sua história assumiu um tom de denúncia. Foi muito além da reportagem de guerra: insistiu em revelar o efeito provocado pelas secas na paisagem arruinada do sertão baiano e a devastação do meio ambiente produzida pelas queimadas no semi-árido nordestino; inscreveu na natureza uma *persona* dramática capaz de projetar no entrecho de sua narrativa imagens de medo, solidão, abandono; reconheceu no mundo sertanejo uma marca do esquecimento secular e coletivo do país (Cunha, 1923; Ventura, 2003).[4]

Mas, sobretudo, na escrita de *Os sertões*, Euclides da Cunha teimou em duvidar das possibilidades políticas de uma República inegavelmente disposta a realizar o desejo de eliminação daquele outro e inteiramente diverso habitante do mesmo Brasil. A rigor, esse é o paradoxo com que ele alinhavou sua descoberta e seu principal argumento: a barbárie não estava confinada num recanto desconhecido e esquecido nos confins da Bahia, o litoral não se opunha ao sertão. O mesmo traço de fanatismo que alimentava a oratória delirante do Conselheiro fazia balançar, no peito dos soldados republicanos, os breves e as medalhas religiosas com a efígie do marechal Floriano Peixoto, símbolo do jacobinismo brasileiro; no insistente brado com que esses soldados invocavam continuamente a pureza republicana do *florianismo* havia um entusiasmo doentio e fanático análogo ao que os jagunços de Belo Monte utilizavam para saudar o Bom Jesus – "o mal era maior", intuía Euclides, "não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral" (Cunha, 1923: 373).

Dito de outra forma: para além da narração de uma guerra havia também uma proposta de República desenhada no contrapé do argumento apresentado em *Os sertões*. Não por acaso, foi Euclides da Cunha quem introduziu a categoria *sertão* como elemento original decisivo para qualificar, no contexto brasileiro, a composição de uma matriz característica do republicanismo, matriz que coloca em dúvida a existência de um Brasil unitário e homogêneo. Na realidade, essa é uma matriz que sofreu o impacto da des-

[4] Ventura (2003).

coberta e do estranhamento de Euclides com a parte esquecida do país e, por isso mesmo, tornou-se particularmente adequada para revelar à consciência republicana a existência dos *párias*,[5] uma gente condenada ao absurdo de viver "expatriada dentro da própria pátria", como definiu o próprio Euclides, consumindo uma vida onde a esperança é provisória e onde não cabe sequer sentir saudades do sonho de possuir uma terra e habitá-la em comum.

Com efeito, a presença da categoria *pária* na composição do enunciado brasileiro de uma matriz própria à tradição do republicanismo retoma, necessariamente, ainda que em parte, algo já traçado pelo entrecho de *Os sertões* – alguma coisa sobre o encadear trágico de fracassos e de incompletudes protagonizados pelo choque descompassado entre o repertório de valores, princípios e escolhas característicos do paradigma republicano na modernidade e o esforço de afirmação dos projetos de modernização do Brasil; ou, então, alguma coisa sobre os riscos da barbárie emergindo, nos pontos extremos do país, em nome da República e da fixação de seus marcos de poder.[6] No argumento de Euclides da Cunha, sertão é principalmente uma imagem do deserto capaz de surgir tanto no cenário seco, retorcido e violento do arraial de Canudos quanto em meio à solidão e ao abandono produzidos pelas grandes massas hídricas existentes na fronteira amazônica do Alto Purus: uma "paisagem sinistra e desolada" que se consome sempre antes de se formar plenamente; uma terra sem nome ou história marcada pela articulação lúgubre entre isolamento geográfico, povoamento rarefeito, homens errantes, memória perdida e linguagem dispersa (Cunha, 1976).

Assim, ao desenhar na região de Canudos um mundo que permanecia inacabado, aquém da história e da geografia da nação republicana, Euclides da Cunha incorporou os elementos que lhe permitiram introduzir na categoria *sertão* a ficção de uma terra mergulhada em tristeza profunda, imersa na ausência de valores do mundo público, nas linhas desviantes do progresso, na irracionalidade dos homens, no choque provocado por uma visão da barbárie possível – um "chão que tumultua, e corre, e foge, e se crispa, e cai, e se alevanta" (Cunha, 1995: 442-443). Mas, para além de Canudos, também entre os seringais da Amazônia, o sertão é apreendido como solidão, isolamento e perda, a força primitiva de uma região ainda em trânsito entre natureza e cultura, dominada pela resistência ao moderno e imersa na tradição: "A História não iria até ali" (Cunha, 1923: 537), imaginava Euclides da Cunha, e essa afirmativa traduzia tanto uma representação do Brasil com

[5] Para o conceito de pária ver, especialmente, Arendt (1987).
[6] Ver especialmente Hardman (1992 e 1996); Lima (1997).

sua abissal dimensão de vazio quanto a convicção de que, sugada por essa perigosa mas atraente barbárie, a própria República corria o risco de recuar no tempo e dissolver sua capacidade política de ação em impunidade, selvageria, tragédia.

Na opinião de Euclides da Cunha, "o deserto invoca o deserto" (Cunha, 1976: 152-153) sugerindo, com isso, os sinais de uma história pouco edificante sobre a Republica brasileira, seu sonho de modernidade e seus projetos de modernização. Para ele talvez essa seja, principalmente, a história de uma República sem compaixão, marcada pela indiferença entre homens e natureza, entre homens e coisas, entre o iluminismo civilizatório, a euforia do progresso técnico e o destino de uma gente que seguia "abrindo a tiros de carabinas e a golpes de machetes novas veredas a seus itinerários revoltos, e desvendando outras paragens ignoradas, onde deixariam como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou na figura lastimável do aborígine sacrificado, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de construtores de ruínas" (Cunha, 1976: 146; Ventura, 2003).[7]

Sem dúvida, graças à obra de Euclides da Cunha, os homens da primeira geração republicana brasileira, os homens nascidos na passagem do século XIX para o XX, conseguiram redescobrir o Brasil no sertão. Em boa medida, são os filhos dessa primeira geração, musicólogos, como Mário de Andrade e Villa-Lobos, indianistas, como Cândido Rondon, ensaístas, sociólogos e historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, políticos profissionais, como Juscelino Kubitschek, sanitaristas, como Artur Neiva e Belisário Pena, militares, como os tenentes da coluna Prestes, os responsáveis por um movimento quase sempre *on the road* de questionamento e transformação das atitudes, concepções e sistemas políticos de conduta, movimento construído em torno da idéia de *incorporação dos sertões* e conseqüente encontro com o outro representado pelo homem brasileiro – um personagem invariavelmente visto como isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente a mudanças, despossuído, mas, em torno do qual ocorre, a partir de então, um processo de redescobrimento constante do Brasil (Ventura, 2003; Lima, 1998; Vianna, 2002).

No decorrer dos anos da década de 1930, a idéia de incorporação dos sertões só se fez aprofundar, ganhando um ângulo de visão genericamente modernista sob o impacto do processo de descoberta do país experimentado ao longo do período anterior. Ainda assim, foi somente no final dos anos trinta que outro escritor, Graciliano Ramos, enunciou a importância de

[7] Para o tema da compaixão no sentido em que está sendo utilizado por esse trabalho, ver Rousseau (1973).

projetar, no imaginário político republicano gerado por essa matriz literária e ao lado de uma República repleta de ruínas precoces, uma *poética da escassez*[8], como contraponto à prevalência de um sentido modelar e hegemônico para a idéia de moderno então em curso no país. Uma poética da escassez capaz de retomar, no mundo público do Brasil, a consciência sobre a existência política dos brasileiros párias – uma gente anônima e insignificante, simples e obscura que, como já havia sido apontado por Euclides da Cunha, movimentava-se, precariamente, no vazio da nação, à mercê de uma República que não os reivindica nunca.

De fato, quando Graciliano Ramos compôs *Vidas secas*, de maio a outubro de 1937, estava diante de uma República sem a vocação da incorporação política e social de setores da sociedade que, até então, viviam inteiramente à sua margem. Na prática, a centralização e o autoritarismo que passaram a caracterizar a experiência política brasileira depois de 1930 – e, em especial, depois do golpe de 1937 –, produziram um duplo efeito: de um lado, afastaram, cada vez mais, a Revolução de Trinta dos princípios que a animaram para tentar fundar, outra vez, a República, e impor o predomínio da União sobre a Federação, das corporações sobre o cidadão, do Estado sobre a comunidade política (Lippi *et al.*, 1982; Vianna, 2001).

De outro lado, porém, a combinação entre centralização e autoritarismo no período pós-1930 também deslocou a pretensão de modernidade que acompanha a República brasileira, desde sua implantação, em 1889, para o tema nacional, gerando um projeto de ordem sustentado na convicção de que o arcaísmo brasileiro podia ser eliminado por uma forma política muito autoritária – o *Estado Novo* – que acertava o passo da nação no rumo da modernização. A esse deslocamento adequou-se, de alguma maneira, toda uma geração intelectual que se inquietava diante dos marcos indicativos da impenitente condição de atraso da sociedade brasileira, geração que sonhava ativamente transformar esses marcos em signos do progresso, mas terminou seus dias impotente diante de um Brasil que jamais conseguiu decifrar inteiramente.

Contudo, a poética da escassez que Graciliano Ramos introduziu na matriz literária do republicanismo brasileiro principalmente a partir da publicação de *Vidas secas*, parece atuar a contrapelo do ideal de modernização que, autoritário, radicaliza a perspectiva do Estado como exclusivo agente de realização dos processos de unificação do país e de construção da nação. Sem dúvida, a ausência de marcos históricos claros em um texto

[8] Para a construção literária desse conceito na obra de Graciliano Ramos, ver Miranda (2000).

como *Vidas secas*, capaz de indicar, com rigor pouco usual, os problemas de exclusão política e social embutidos nos pressupostos de construção da identidade nacional e em seus mecanismos de integração (Garbuglio *et al.*, 1987; Miranda, 2000), apontam para a espantosa improdutividade de um tempo que se arrasta, um tempo que passa em vão, pendula, num vai e vem infinito e, no seu rastro, deixa tudo exatamente como estava.

Talvez também por essa razão, os personagens de *Vidas secas* – Fabiano, sua mulher, sinha Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia – estejam sempre acoplados a uma terra que os desvirtua e lhes nega aquilo de que carecem fundamente: uma esperança do fim das secas, um lugar geográfico e social estável, um retalho de sonhos e, sobretudo, a chance de exprimir os parcos desejos por meio do controle da linguagem e da capacidade de exprimir os próprios pensamentos (Ramos, 2000; Rocha, 2003: 18). A rigor, diria Graciliano Ramos, em uma carta à esposa, escrita em maio de 1937, a negativa absoluta, a absurda carência gerada pelo sertão, essa terra aonde qualquer fundamento sólido vai cedendo lugar paradoxalmente ao vazio e ao silêncio provocados pelo limite da fadiga extrema, compõem os elementos capazes de desatar o foco narrativo que orquestrará todas as outras imagens do romance:

> Escrevi um conto sobre a morte duma cachorra, um troço difícil, como você vê: procurei adivinhar o que se passa na alma duma cachorra. Será que há mesmo alma em cachorro? Não me importo. O meu bicho morre desejando acordar num mundo cheio de preás. Exatamente o que todos nós desejamos. A diferença é que eu quero que eles apareçam antes do sono, e padre Zé Leite pretende que eles nos venham em sonhos, mas no fundo todos somos como a minha Baleia e esperamos preás. (Ramos, 1992: 94)

Por conta de seus personagens imersos na enorme improdutividade de um tempo capaz de alimentar os procedimentos da modernização brasileira e, simultaneamente, carecer de sentido, em *Vidas secas*, o sertão de Graciliano Ramos deixou de significar apenas o deserto em que acreditava Euclides da Cunha, para transformar-se em uma condição particular de desterro – uma condição de desterro produzida pela República brasileira no interior do próprio país. A realidade desse sertão dolorosamente anômalo, aético e profundamente injusto, que vai se enraizando lenta e pesadamente no cotidiano dos personagens de *Vidas secas*, o filho mais velho de Fabiano conseguiu a duras penas decifrar, apesar de seu vocabulário quase tão minguado como o papagaio que morrera no tempo da seca – "inferno", insistiu, preciso, em conversa com a mãe (Ramos, 2000: 68).

Cerca de vinte anos mais tarde, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek e, em meio ao que talvez tenha sido o mais impressionante programa de modernização do país, o personagem principal de *Grande sertão: veredas*, escrito por João Guimarães Rosa, irá retomar a mesma definição feita pelo garoto sertanejo, em 1937, para também tentar entender o único espaço social e geográfico que conhecia, o Brasil onde havia nascido: "A gente viemos do inferno" (Rosa, 1986: 383),[9] definiu, com igual surpresa e amargura, o jagunço Riobaldo Tatarana.

Contudo, durante os anos de 1930, Graciliano Ramos ainda podia imaginar que a pátria não é apenas o sertão onde se nasce, mas a República em que se vive. Provavelmente por essa razão, seus personagens também alimentavam, no âmbito de sua vivência mais íntima, a tênue esperança de chegar até a cidade, vale dizer, de experimentar a sensação de perceber que o chão emocional e doméstico em que cada um de nós pisa, guarda em si, mais do que sabemos, uma terra originária e comum a todos, a partir da qual todos podem viver livres e, portanto, onde nenhum deles carregaria mais a condição do próprio desterro:

> Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinha Vitória, as palavras que sinha Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos. (Ramos, 2000: 184)

Em boa medida, existe um esforço deliberado no interior da narrativa de Graciliano Ramos para indicar os traços paradoxais característicos da combinação entre a República brasileira e a adoção de um projeto de modernização que ora realça a esperança de cada cidadão desfrutar um cotidiano de prosperidade no território próprio de uma cidade, ora indica a certeza da negação dessa possibilidade – e apenas um horizonte precário de esperança e danação alimenta os sonhos de Fabiano e de sua gente.[10]

---

[9] Para essa tradição do inferno marcando a cultura literária brasileira, ver, por exemplo, Bosi (1988); Aguiar (1998).

[10] Ver também Miranda (2000).

Mas, em Guimarães Rosa, ao contrário, já não existe dúvida sobre os procedimentos e os rumos desse moderno ambíguo, capaz de produzir um mecanismo perverso no interior do qual o fortalecimento das cidades desagregava o sertão e seu universo de continuadas deformações sem, contudo, substituí-lo por uma expansão do ideal de cidadania.

Nesse sentido, e talvez de um modo muito específico, a narrativa de *Grande sertão: veredas* parece retomar o movimento final proposto por *Vidas secas*, para configurar a permanência dessa nova e absurda modalidade de desterro capaz de conformar o trágico destino de uma gente que ainda hoje se equilibra nos subúrbios do moderno, sem acesso aos bens, às leis, a um catálogo mínimo de direitos, ao mundo político da República:

> E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares, mis e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo se quisessem ser? Nem achavam capacidade disso. Haviam de querer usufruir depressa de todas as coisas boas que vissem, haviam de uivar e desatinar. Ah, e bebiam, seguro que bebiam as cachaças inteirinhas da Januária. E pegavam as mulheres, e puxavam para as ruas, com pouco nem se tinha mais ruas, nem roupinha de meninos, nem casas. Era preciso de poder mandar tocar depressa os sinos das igrejas, urgência implorando de Deus o socorro. E adiantava? Onde é que os moradores iam achar grotas e fundos para se esconderem – Deus me diga? (Rosa, 1986: 269)

Ao constatar a ausência de esperança de incorporação política na concretização do destino de Fabiano e de sua gente, Guimarães Rosa, de certo modo, expandiu a suposição de Graciliano Ramos de que o processo de modernização da nossa sociedade, iniciado ainda no final do século XIX, é inexorável, mas seu resultado enquanto modo específico de fazer a experiência da vida política é fortemente ambíguo: "Aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos", afirmava o capiau José de Tal, também conhecido como Zé Centeralfe. E insistia: "Sou pobre, no particular. Mas eu quero é a lei" (Rosa, 1994b: 431).

Zé Centeralfe é personagem do conto "Fatalidade", publicado no livro *Primeiras estórias*, um livro que parece ter sido organizado em torno do aparecimento de sinais expressos de enfrentamento do sertão com as experiências de despersonalização civil e de ordenação abstrata provocadas pelo processo de urbanização.[11] Perante a lei que falta, lei excessivamente remota,

[11] A esse respeito, ver Wisnik (2004).

postada além do alcance das vistas de Zé Centeralfe e sua gente – e, simultaneamente, também postada além dos olhos de nossa sociabilidade urbana – é forçoso reconhecer que todos fazem o que podem e fazem a lei como podem. Por conseqüência, insistiria Guimarães Rosa, ordem e transgressão, lícito e ilícito se confundem no mesmo fundo arcaica de violência e força prepotente, na mesma ocupação desordenada de espaço urbano e rural, na mesma desigualdade social ancestral que costuma ser atenuada ou adocicada, ilusoriamente, com formas modernas, na aparência, harmônicas, de mando e de obediência.

Assim, na óptica de Guimarães Rosa a previsível entrada do pária no mundo da cidade e nos procedimentos da modernização brasileira, transformando-se, enfim, num cidadão, não parece ser tão simples nem tão plácida como sonharam os homens da primeira geração republicana brasileira. Mais do que isso, talvez, existem alguns desdobramentos importantes para sua constatação sobre a extrema dificuldade encontrada pela República no Brasil em submeter a sociedade inteira ao fundamento da lei republicana, vale dizer, ao estabelecimento, por consentimento comum, de uma vontade não arbitrária que se aplica a todos os brasileiros e, nessa aplicação, os torna completamente livres. Ao perceber isso, Guimarães Rosa deslocou, no interior da imaginação política e literária brasileira, o tema das virtudes essenciais da vida cívica, tema ainda forte no argumento de Euclides da Cunha, para o reconhecimento da necessidade da lei como fundamento moderno da idéia de república.

Quando Guimarães Rosa publicou *Grande sertão: veredas*, em maio de 1956, Juscelino Kubitschek, recém-empossado na presidência da República, ainda sonhava inventar cidades sempre voltadas para o futuro, cidades como Brasília, capazes de representar um esforço de afirmação da nacionalidade, um desejo de integração do interior ao centro, do Brasil ao mundo, da tradição ao moderno. Para revestir o sonho de Kubitschek de solidez, o ano de 1956 marcou, também, o lançamento do mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país – o Programa de Metas – cujo conteúdo mais característico vinha da crença inabalável de Kubitschek na fórmula quase mágica do *desenvolvimentismo* como principal derivação da normativa modernista – fórmula que ele acreditava capaz de fazer brotar no Brasil e, no cenário latino-americano, uma sociedade industrial, urbana, enraizada na utopia de uma cidade inteiramente moderna.[12]

Em certa medida, a narrativa de *Grande sertão: veredas* fez o registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o

[12] A esse respeito, ver Benevides (1979); Holston (1989).

Brasil modernizado pelo *desenvolvimentismo* de Kubitschek não conseguiu mais aproveitar e a República descartou por improdutivo, supérfluo, inútil: a massa compacta de vaqueiros, tropeiros, jagunços, garimpeiros, romeiros, roceiros, caipiras, prostitutas, índios, velhos, mendigos, loucos, doentes, aleijados, idiotas – uma gente que não vai a parte alguma, ninguém os reivindica, não são ninguém. Apenas uma multidão de depauperados e miseráveis que se desloca, sem parar, saindo do sertão, no rumo das grandes cidades, que simbolizam como já havia ocorrido em *Vidas Secas*, sua última chance de escape de um mundo de necessidades e carências absurdas – e descobrem, ao fim e ao cabo da narrativa de *Grande sertão: veredas*, a completa inutilidade desse deslocamento.

Graciliano Ramos talvez concordasse em chamá-los por párias: perderam de alguma forma, nesse vaivém entre uma identidade coletiva de exilados nos subúrbios da modernidade e uma ausência de identidade as qualidades que poderiam vinculá-los ao mundo de seus semelhantes e se encontraram, portanto, reduzidos à nudez abstrata de sua humanidade (Arendt, 1987). No sertão, completaria talvez ainda Graciliano Ramos, a República esqueceu-se de realizar seu ideal *plebeísta*,[13] esqueceu-se do desejo muito humano e essencialmente político de estender a todos os seus membros a oportunidade do exercício da cidadania.

Contudo, no sertão onde Graciliano Ramos encontrou párias, Guimarães Rosa atualizou literariamente a figura fundadora do desterrado – e fez isso talvez para tentar compreender por que razão no Brasil, esse "outro Ocidente", o contexto republicano da idéia de pátria é sempre estranho à sua possibilidade de realização histórica. Mais do que isso, talvez: a violência absoluta dessa condição remoinhando ao longo de sua obra parece sugerir que a idéia de *pátria* pode provocar o tipo de virtude política de que necessita uma república moderna e essa virtude, por sua vez, pode funcionar perfeitamente bem como motivação da responsabilidade e do esforço civil de uma sociedade sem colocar em perigo o pluralismo ético, cultural e religioso em que a república brasileira deve democraticamente assentar-se (Nussbaum *et al.*, 1995; Viroli, 2001). Ou ainda: para que nossa república funcione bem é necessário que ela faça uso de certa dose de patriotismo – um patriotismo que pode e deve ser exclusivamente sustentado por valores provenientes da *polis*, como já insinuava antecipadamente o sonho dos personagens de *Vidas Secas*, é bom que se repita, se queremos evitar a manifestação do desejo de restauração ou instauração de qualquer forma de unidade cultural, religiosa ou étnica da nação.

---

[13] Para uma discussão sobre o plebeísmo, ver, por exemplo, Araujo (2000).

Ao fim e ao cabo, é essa calibragem das condições de integração cívica que garante para o bom funcionamento de uma democracia republicana lealdade política, tolerância com o oponente, confiança mútua e solidariedade civil. Na realidade, o amor pela pátria insinuado a partir da evidência da condição de sobrevivência política dos personagens de Guimarães Rosa é um amor também essencialmente político que necessita, para desenvolver-se, de histórias compartilhadas e um tipo particular de valores – valores que se adquirem no decorrer de uma vivência histórica e dentro da comunidade a que pertencemos e que nos reconhece positivamente como parte de seus membros.[14]

Terra de párias e de desterrados, no subúrbio, o sertão, por maior que seja, é o que não se vê: o fundo arcaico projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e o que é aparentemente seu avesso, uma cidade brasileira qualquer e todas as outras cidades do país, a que se deixou perder de seus princípios civis e a que já é apenas degradação de seus lugares públicos, a cidade concebida para expressar a modernização e a periferia miserável que fixou seu perfil. Ou, no argumento do próprio Guimarães Rosa: "Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios" (Rosa, 1994a: 697).[15]

De fato, sertão é dobra: nem um nem outro, mas o que se dá entre; não vai a lugar nenhum, refaz-se sempre no meio do caminho.[16] Não por acaso, logo no início da narrativa de *Grande sertão: veredas*, o jagunço Riobaldo Tatarana, afirma convicto: "Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade" (Rosa, 1986: 7) – um mundo onde todas as coisas ainda estão por fazer, e seu avesso, o lugar do desterro de Fabiano e de sua gente, a terra onde o arraial de Canudos foi massacrado, o rio no qual o seringueiro do Alto Purus se arruína, a pequena história de uma República em que uma grande oportunidade se perdeu irremediavelmente.

Nesse Brasil encharcado de ficção, onde o sertão é a única esperança de modernidade política para a República, brota uma continuidade temática e uma perspectiva original de interpretação do Brasil que organiza, no interior de uma mesma tradição, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Dessa perspectiva de interpretação brota principalmente o encontro da imaginação literária brasileira com uma pátria de formato

---

[14] Sobre esse tipo de amor pela pátria sustentado somente pela política, ver Walzer (1980); Skinner (1993); Nussbaum *et al.* (1995); Viroli (2001).

[15] Para a relação do republicanismo com a cidade, ver Bignotto (2003); Brandão (2003).

[16] Deleuze (1988). Ver, também Bolle (1994-1995); Finazzi-Agrò (1998).

político invariavelmente instável e incerto, onde os ideais normativos da República sempre ainda estão por fazer-se e a modernidade parece surgir da tensão sem resolução entre o mais moderno, o mais arcaico e seus destroços. No esforço de interpretação dessa República, os autores fazem aquilo que podem: tornam visível o invisível, tiram a história do esquecimento e do oculto, recordam e manifestam aquilo que a palavra enuncia.

Mais do que isso, como se sabe, não cabe a nenhum livro fazer por seu país.

Referências bibliográficas

Aguiar, Flávio (1988), "Visões do inferno ou o retorno da aura", *in* Adauto Novaes (org.), *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.

Araujo, Cícero (2000), "República e democracia", *Lua Nova*, 51.

Arendt, Hannah (1987), *La tradition cachée: Le juif comme paria*. Paris: Éditions 10/18.

Benevides, Maria Victória de M. (1979), *O governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bignotto, Newton (2003), "Três maneiras de se criar uma cidade", *in* Adauto Novaes (org.), *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bolle, Willi (1994-1995), "Grande sertão: cidades", *Revista USP*, 24.

Bosi, Alfredo (1988), "Céu, inferno", *in* Alfredo Bosi, *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática.

Brandão, Carlos Antônio Leite (2003), "A república da arquitetura", *Revista USP*, 59.

Burton, Richard (1977), *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: USP.

Couto, José V. (1904), "Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10(111).

Cunha, Euclides da (1923), *Os sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Cunha, Euclides da (1967), *À margem da história.* São Paulo: Lello Brasileira.

Cunha, Euclides da (1976), *Um paraíso perdido (reunião dos ensaios amazônicos)*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro.

Cunha, Euclides da (1995), *Antes dos versos*, *in* Euclides da Cunha, *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 1 e 2.

Deleuze, Giles (1988), *Le pli. Leibniz et le baroque.* Paris: Minuit.

Espindola, Haruf S. (2005), *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC; Governador Valadares: Editora UNIVALE; Aimorés: Instituto Terra.

Finazzi-Agrò, Ettore (1998), "A cidade e o deserto. (Des)caminhos urbanos no Grande sertão", *Brasil Brazil*, 11.

Finazzi-Agrò, Ettore (2001), *Um lugar do tamanho do mundo.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Garbuglio, José Carlos *et al*. (1987), *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática.

Hardman, Francisco F. (1992), "Antigos modernistas", *in* Adauto Novaes (org.), *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hardman, Francisco F. (1996), "Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides", *Estudos Avançados*, 26.

Holston, James (1989), *The Modernist City: An Antropological Critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press.

Koselleck, R. (1985), *Future Past: On the Semantics of Historical Time*. Cambridge, London: The MIT Press.

Lima, Luiz Costa (1997), *Terra ignota: A construção de* Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lima, Nísia T. (1998), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ / Revan.

Lippi, L. *et al.* (1982), *Estado novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar.

Miranda, Wander M. (2000), "Vidas secas – Introdução crítica", *in* S. Santiago (org.), *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. II.

Nussbaum, Martha *et al*. (1995), *Piccole patrie, grande mondo*. Roma: Reset & Donzelli.

Ramos, Graciliano (2000), *Vidas secas*, *in* S. Santiago (org.), *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. II.

Ramos, Graciliano (1992), *Cartas à Heloísa*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 94.

Rocha, João Cézar de Castro (2003), "Vidas secas ou a atrofia das palavras", *Mais! Folha de São Paulo*, 9 mar., 18.

Rosa, João Guimarães (1986), *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Rosa, João Guimarães (1994a), "No Urubuquaquá, no Pinhém", *in* J. G. Rosa, *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 1.

Rosa, João Guimarães (1994b), "Primeiras estórias", *in* J. G. Rosa, *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II.

Rousseau, Jean-Jacques (1973), *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural.

Skinner, Q. (1993), "Machiavelli's *Discorsi* and Pre-Humanist Origins of Republican Ideas", *in* G. Bock (org.), *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge UP.

Sousa, Candice Vidal e (1997), *A pátria geográfica: Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG.

Ventura, Roberto (2003), *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras.

Vianna, Luiz Werneck (2001), "O Estado Novo e a 'ampliação' autoritária da República", *in* Maria Alice R. de Carvalho (org.), *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República.

Vianna, Luiz Werneck (2002), "A história absolvida", *Margens Márgenes*, 2.

Viroli, Maurizio (2001), *Per amore della patria: patriotismo e nazionalismo nella storia*. Milano: Laterza.

Walzer, Michael (1980), *Radical Principles*. New York: Basic Books.

Wisnik, José Miguel (2004), "O famigerado", *in* José Miguel Wisnik, *Sem receita.* São Paulo: Publifolha.